

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO – EDITAL Nº 90052/2024

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI) para operação e administração de uma Central de Serviços (Service Desk), cobrindo atendimentos de 1º, 2º e 3º níveis, tanto na sede em Brasília quanto nas 16 Superintendências Regionais e no PISF.

OBJETIVO

Analisar o recurso apresentado pela empresa GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL S.A, CNPJ nº 10.397.484/0001-90, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que habilitou a proposta da empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 00.308.141/0009-23, para o item 01 do Edital 90052/2024.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Trata-se do Edital nº 90052/2024 – Pregão Eletrônico, cujo objeto é Contratação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI) para operação e administração de uma Central de Serviços (Service Desk), cobrindo atendimentos de 1º, 2º e 3º níveis, tanto na sede em Brasília quanto nas 16 Superintendências Regionais e no PISF.

A proposta da empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 00.308.141/0009-23, para o item 01 foi aceita e habilitada.

Tempestivamente, a empresa GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL S.A registrou intenção de recurso no sistema e, em continuidade, dentro do prazo estabelecido, encaminhou seu recurso.

A empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA também registrou suas contrarrazões tempestivamente.

RECURSO E ANÁLISE

Quanto ao recurso impetrado para o referido item, em suma, a Recorrente dispõe acerca de alegadas inconsistências referente a cota de PCD's e quanto à inexistência dos salários – Portaria SGD/ME nº 6.432/21.

Sendo assim, analisaremos por partes:

I – Quanto ao não atendimento de requisitos referentes à cota de PCD's:

Em seu recurso, a empresa GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL S.A alega que:

“Compulsando-se a documentação apresentada pela Recorrida, verifica-se que ela não atende aos requisitos de habilitação, previstos na Lei nº 14.133/2021 e estabelecidos nos

itens 4.3 e 4.3.5 do Edital do Pregão nº 43/2024, vez que a quota legal OBRIGATÓRIA para preenchimento de VAGAS com profissional PCD não foi observada e respeitada pela Recorrida, descumprindo-se, assim, o regramento nacional e editalício.

Pelo teor do Edital nº 90052/2024, percebe-se que não houve flexibilização do critério legal de exigência de reserva de vagas para pessoas com deficiência. A legislação aplicável ao caso é imperativa ao dispor que a empresa tem que comprovar que cumpre a reserva legal e que tem em seu corpo de colaboradores PcDs e reabilitados do INSS.

Em consulta ao site do MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, verifica-se que a Recorrida emprega pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

O presente recurso visa insurgir-se contra a habilitação de uma empresa que não comprovou o cumprimento da exigência legal referente à contratação de Pessoas com Deficiência (PcD). Tal exigência é estabelecida pelo artigo 93 da Lei nº 8.213/1991, que determina que empresas com 100 ou mais empregados devem reservar um percentual de cargos para trabalhadores com deficiência, conforme os critérios estabelecidos pela legislação.”.

Em sua contrarrazão a empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA alega que:

“...Contudo, vale gizar que, como mencionado pela própria Recorrente, o art. 63, item IV da Lei nº 14.133/2021 menciona que a mera declaração do licitante, é instrumento satisfatório para comprovar a higidez empresarial para a concorrência em certame.

Isto se deve ao fato de que a Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tem caráter de transmitir a situação fática extraída do E-Social, sem considerar o Turnover de funcionários ocorrido no mês corrente.

Ademais, mister ressaltar também que a própria certidão supramencionada não possui data de validade, estando a certidão emitida à data da inscrição desta Recorrida no certame, devidamente regular, conforme consulta-se pelo código de verificação **bgSgHGXRgd81sy**e, evidenciando a escorreta manutenção das contratações de Pessoas com Deficiência.”. (...)

“Ademais, tanto reflete a realidade, que o próprio Tribunal de Contas da União já se manifestou favoravelmente a este raciocínio, conforme verificasse em sede de jurisprudência do respectivo órgão fiscalizador, a saber:

“(...) Por todo o exposto, entende-se que, na fase de habilitação do certame, é suficiente a declaração da licitante de que cumpre a cota de cargos destinados a pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, sendo que no caso concreto, essa conduta está condizente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tendo em vista que o Edital do PE 90014/2024 estabeleceu que deveria ser apresentado apenas a declaração conforme subitem 4.4.4 (peça 13, p. 4), e o princípio da legalidade, uma vez que o art. 63, inc. IV, da Lei 14.133/2021, da mesma forma, exige apenas a declaração do licitante para habilitação nos procedimentos licitatórios. (...)

Diante do exposto, entende-se que, durante a fase de habilitação social dos licitantes, é suficiente a declaração da empresa de que cumpre a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e, assim, não é exigível uma análise aprofundada do pregoeiro acerca da veracidade dessa declaração, cabendo-lhe, tão somente, acatar todas as declarações, inabilitando apenas os licitantes que não apresentem a referida declaração.. (...)”

(TC 024.057/2024-0. Tipo: Representação Unidade Jurisdicionada: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro. (CNPJ: 00.662.270/0003-20 e UASG: 183023))

(...)

Oras. Se o próprio Tribunal de Contas da União ratifica a literalidade da interpretação semântica da expressão “declaração” consubstanciada no art. 63, item IV da Lei nº 14.133/2021, não cabe às Recorrentes professorar ao(a) Pregoeiro (a), tão pouco, ser esta razão da decisão que classificou esta Recorrida ao Edital.”.

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

Inicialmente, é importante ressaltar que este pregoeiro e a comissão de licitação possuem atribuições que se restringem ao procedimento licitatório, e não as que se referem aos agentes de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, que dizem respeito ao âmbito Justiça do Trabalho, ultrapassando a competência legal e conhecimento técnico do pregoeiro e de sua equipe de apoio. O julgamento do certame se pauta no estrito cumprimento aos princípios licitatório, tais como a legalidade, a vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo, garantindo-se um julgamento licitatório conforme as exigências dispostas no Edital e respeitando-se a legislação vigente.

Ressalta-se ainda que nem a Lei 13.303/2016 nem o Decreto 10.024/2019, que rege o Pregão Eletrônico, exigem, para fins de habilitação no certame licitatório, declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, prevista no art. 63, IV, da Lei 14.133/2021. Portanto, tais requisitos não se aplicam às estatais.

Em consonância com essa premissa, o Tribunal de Contas da União - TCU, no Acórdão 508/2024 - Plenário, de 27/03/2024, manifestou-se no sentido de que a reserva de cargos não é exigível como requisito de habilitação em licitações realizadas por estatais, regidas pela Lei 13.303/2016.

Compreende-se, portanto, que não prosperam as alegações da Recorrente de que a Recorrida deveria ser inabilitada por não atender a essas reservas legais, visto que, conforme amplamente demonstrado, o art. 63 da Lei 14.133/2021 não se aplica aos certames da Codevasf.

Entende-se que a exigência, pela Administração, de uma certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego é desprovida de amparo legal, sendo suficiente a apresentação da declaração pelos próprios licitantes quando do cadastramento das propostas no sistema do compras.gov.br.

Ademais, a matéria em tela já foi julgada e considerada improcedente em recurso no edital 90001/2024 – Codevasf - 9ª Superintendência Regional, processo nº 59504.000389/2024-41-e tendo sido homologado pelo Superintendente Regional.

Sendo assim, considerando o relatado acima considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e esgotados os aspectos alegados pela Recorrente, na análise do recurso impetrado pela empresa GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL S.A, CNPJ nº 10.397.484/0001-90, foram considerados os seguintes aspectos:

I – Quanto à alegação de inconsistências referente a certificação relativa à cota de PCD's: considerado **IMPROCEDENTE**.

Sendo assim, dada a improcedência dos aspectos analisados, considera-se **IMPROCEDENTE** o recurso impetrado pela empresa GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL S.A, CNPJ nº 10.397.484/0001-90, sendo mantida a decisão de aceite e habilitação da proposta da empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 00.308.141/0009-23, para o item 01 Edital 90052/2024.

Brasília/DF, 2024.

Assinado Eletronicamente
Marcos Vinicius Beton Amorim
Pregoeiro – Decisão 1917/2024